

RESENHA CRÍTICA

Políticas Públicas e Planejamento Estratégico em Turismo

Revista Rosa dos Ventos

4(IV) 650-657, out-dez, 2012

© O(s) Autor(es) 2012

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues¹

A coletânea *Turismo - Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão - Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters*, que agora vem a público, não é apenas mais uma obra a avolumar a extensa bibliografia brasileira publicada sobre a temática, mas é um livro de referência, um estado da arte sobre o Turismo, tanto em nível teórico, buscando repensar paradigmas para a elaboração de novas matrizes conceituais para os estudos de turismo, quanto em termos operacionais, perpassando temas distintos e atuais, necessários para dar suporte às políticas públicas, ao planejamento estratégico e ao ordenamento territorial do turismo no Brasil. A obra consta de 29 textos, alguns em co-autoria, e está organizada em três partes: *Políticas públicas e planejamento de espaços turísticos*, *Sustentabilidade e Instrumentos de apoio ao planejamento*. Esta compartimentação, entretanto, não se limita ao que inicialmente sugerem estes títulos. Uma leitura atenta vai desvendar ao leitor um conteúdo muito mais amplo, como aparece nos subtítulos, com múltiplos olhares, de profissionais de várias áreas do conhecimento, cujas reflexões vão se encaixando num complexo *puzzle*, que quando montado desenha a multifacetada e preocupante realidade do turismo no Brasil - país de dimensões continentais, de enorme potencial turístico, de grande diversidade regional, detentor de um território sobre o qual incidem políticas públicas setoriais de Turismo em todos os níveis administrativos, que pecam, contudo, pela falta de articulação *intra* e *inter* setorial, pela desconsideração das características geográficas regionais e pelo desconhecimento da integração hierárquica local-global.

O organizador da coletânea, Mario Carlos Beni, não é apenas um renomado professor, estudioso e autor de turismo, é também e principalmente uma personalidade que viveu e protagonizou o passado e que participa ativamente em diversas frentes do atual processo de implantação do turismo no Brasil, como docente, pesquisador, consultor, membro de conselhos editoriais de várias revistas e de diversos colegiados nacionais e internacionais, que estabelecem diretrizes conceituais e técnicas para o Turismo. No seu currículo constam muitos artigos publicados e vários livros, dentre os quais se destaca *Análise Estrutural do Turismo*, produto da sua tese de doutorado, defendida em 1988, na Universidade de São Paulo, que é

¹ Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1969), mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1973) e doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1985). Realizou pós-doutorado na Universidade Complutense de Madrid e na Paris I - Sorbonne. Possui diversos livros didáticos publicados em Geografia. Também muitos artigos publicados no Brasil e no exterior sobre a abordagem geográfica do turismo. Produziu vários livros e coletâneas sobre o turismo nas suas interfaces com a Geografia. Organizou diversos eventos sobre Geografia e Turismo. Dentre estes o mais importante é o 1o. Encontro Nacional de Turismo com Base Local (junto ao Departamento de Geografia - USP, em 1997) já na sua 12a. versão.

de consulta obrigatória para a compreensão do sistema integrado do Turismo, por ele batizado de SISTUR. Beni assina dois textos deste livro sobre clusters, um deles em coautoria com Cury*, no qual recorrem aos fundamentos teórico-metodológicos da Geografia para subsidiar a caracterização e funcionamento dos clusters turísticos, estruturados sobre redes horizontais, verticais e transversais, de natureza material e virtual, contemplando o território como categoria de análise norteadora.

Como assinalam em seus textos Taschner, Araujo e Cesar, as políticas públicas de Turismo no Brasil, em nível federal, surgem timidamente, ainda no governo Vargas, em 1939, durante o Estado-Novo. No governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-59) é criada a Companhia Brasileira de Turismo, Combratur, em 1958, alinhada com o marketing político internacional, para emprestar maior visibilidade ao Brasil, que necessitava de investimentos estrangeiros para cumprir o arrojado Plano de Metas do governo. As diretrizes institucionais tomam corpo a partir da criação do CNTur e da Embratur, em 1966, em plena vigência do regime militar. O viés destas políticas iniciais, segundo os autores, era o do Estado intervencionista, autoritário e centralizador, de caráter populista. Deve-se considerar que em nível estadual deram-se algumas iniciativas pontuais no setor público em investimentos no Turismo, ainda em período anterior, notadamente nos anos 1930 e 1940, com a construção de hotéis no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, alinhados à exploração de jogos de azar. Entretanto, é oportuno assinalar que o luxuoso hotel Copacabana Palace, do Rio de Janeiro, foi concluído em 1923, inaugurando-se o turismo de elite no Brasil, que corresponde à fase da *belle époque*.

Nas décadas de 1970 e 1980 as iniciativas públicas em nível federal foram tímidas. Se os anos 1980 foram férteis na retomada da democracia, do ponto de vista econômico correspondem à década perdida, e no setor do Turismo não é diferente. Segundo dados estatísticos do fluxo de turistas internacionais, observa-se um sensível crescimento no meio da década e uma desastrosa queda nos cinco anos seguintes – de 1.930.000, em 1986, cai para 1.090.000, em 1990. Vários estados lançaram projetos neste período, como os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo - todavia em nível federal nada de muito significativo ocorreu.

A política nacional de Turismo só assumiu maior visibilidade a partir dos anos 1990, com a transformação da Embratur em Instituto Brasileiro de Turismo, ao que se segue o lançamento do Plantur, em 1992, no governo Fernando Collor de Melo, marcado pelo neoliberalismo que se fundamentava na doutrina do Estado mínimo, em oposição às tendências keynesianas dos estados centralizadores, como acentua Taschner.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), seguindo a mesma tendência, pautou-se por descentralizar as estratégias e ações relacionadas ao Turismo, até então concentradas nas regiões Sul e Sudeste do país. Em que pesem as críticas dos autores, dois macro programas de grande envergadura mudaram a fisionomia do Turismo no Brasil: o PRODETUR-NE e o PROECOTUR-Amazônia Legal, lançados no início da década de 1990, financiados pelo BID em contrapartida com bancos nacionais. A intervenção do Estado na montagem da infraestrutura básica para preparar o terreno para os investimentos privados, que viriam se concretizar com o PRODETUR NE II, foi de uma eficácia assombrosa. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), do mesmo período, também teve expressão, porém, seus resultados foram muito pontuais.

Na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2002-10), o Turismo ganhou um Ministério, passou-se uma borracha no PNMT, instituíram-se novos Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-10, este batizado pelo slogan “Uma viagem para a inclusão”. Uma nova Lei Geral do Turismo

(LGT) é lançada em 2008, porém, como Ferraz argumenta em seu texto, apresenta um retrocesso em relação à anterior. O autor considera a LGT inócua ao instrumentalizar as ações de promoção e incentivo ao Turismo para alavancar o desenvolvimento social e econômico do país. O principal macro programa em andamento, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, também com o objetivo de descentralizar o Turismo, como assinalam vários autores desta obra, foi elaborado de cima para baixo, de forma atabalhoada, ignorando-se de fato as especificidades regionais que pretende contemplar.

Quando se refere às políticas públicas de Turismo, nunca é demais insistir na discussão da sustentabilidade em todas as suas instâncias, fato cujo aprofundamento aparece nos textos de Pires e Nascimento, este último se reportando às dimensões do SISTUR, com tipologia inspirada em Ignacy Sachs: dimensões ecológica, social, cultural, econômica, espacial, mercadológica, financeira, de infraestrutura e de superestrutura. É muito difícil pensar a sustentabilidade em escala macro, ainda mais quando associada ao Turismo, que é em primeiro lugar uma atividade econômica e que, como tal, peca pelo imediatismo.

O período técnico-científico-informacional, assim batizado por Milton Santos, marca a contemporaneidade, tida como a era da velocidade, da instantaneidade, da fluidez, da superficialidade, do individualismo, do ato de experienciar, da busca por prestígio e exclusividade, que alimentam o interesse pelo turismo espacial, pelo *frisson* de esquiar em uma pista de neve ('natural') em plena Dubai, situada em região de clima desértico quente, a demanda por bares e hotéis de gelo, de museus, hotéis e restaurantes subaquáticos. Vários autores deste livro - Trigo, Panosso Neto e Mazaro, Gândara et al. - ao se referirem aos recursos tecnológicos e à importância da inovação em Turismo, argumentam que a experiência turística ancora-se sobretudo na perspectiva emocional, devendo ser única, diferenciada e memorável.

Ainda considerando o nível macro escalar, o Brasil é incontestavelmente, sem exageros, um quase continente de grandes superfícies de clima tropical, com um litoral de cerca de 8.000 km., onde abundam extensas praias paradisíacas, de águas tépidas. Não há como disfarçar o ufanismo ao se referir ao Brasil e suas potencialidades turísticas, tendo em vista sua enorme riqueza em sócio diversidade e biodiversidade. O texto que abre esta coletânea, de autoria de Sarti e Queiroz e o de Castrogiovanni fazem referência à paisagem, tão a gosto dos geógrafos, categoria de análise espacial importante para os projetos de Turismo, contudo de conceituação bastante controversa, talvez um pouco *demodée*. Mas para quem teve mestres como Aroldo de Azevedo e Aziz Nacib Ab'Sáber, não há mesmo como disfarçar. Há que se lançar mão da paleta de pintor e mentalizar quadros paradisíacos, de 'rara beleza cênica', sem medo de críticas ácidas. A Costa Rica, tão pequenina em comparação com o Brasil, sabe muito bem explorar as suas paisagens e o Turismo no país decola a passos largos, rápidos e seguros.

Há que se valorizar nossos atributos: biomas com coberturas vegetais de fisionomias distintas, em função das características morfoclimáticas, se alternam desde a floresta equatorial até a caatinga nordestina e os pampas gaúchos. Um país irrigado por rios extensos e caudalosos, muitos percorrendo mansamente vastas planícies, formando belas praias de água doce (Alter do Chão), outros velozes e encachoeirados, encaixados em vales profundos, convidando ao rafting, à canoagem, ao bóia-cross, aos voos panorâmicos sobre as Cataratas de Iguaçu. Relevos tabulares (Chapada Diamantina), mamelonares (os 'mares de morros' da serra da Mantiqueira), vigorosos, pontiagudos (maciço do Itatiaia), ruiformes (Sete Cidades, Vila Velha); os vastos lençóis de dunas de areias brancas e finas, ora contrastando com os diversos tons de verde dos exuberantes manguezais (Delta do Rio Parnaíba) ora com o azul celeste, por

vezes marinho, das lagoas (Lençóis Maranhenses); de cânions profundos (serra do Rio do Rastro) e cavernas, muitas guardando preciosos tesouros de arte rupestre (São Raimundo Nonato). País privilegiado, que até ganhou precipitações em forma de neve para o deleite de turistas domésticos, que já não precisam mais cruzar as fronteiras para desfrutar de experiências turísticas próprias de regiões de clima temperado.

Porém, retornando à sustentabilidade, é em nível micro escalar que as estratégias podem surtir efeito, daí a importância da articulação das secretarias municipais de Turismo e de Meio Ambiente com outras secretarias, com o setor privado, com o terceiro setor, com as universidades e institutos de pesquisa, para planejamento de ações integradas que se proponham a conservação dos atributos do meio natural e sociocultural. Entre os ecossistemas frágeis mais ameaçados encontram-se os ecossistemas dunares, as praias, os manguezais, os bancos de recifes, que são via de regra agredidos pela valorização de espaços litorâneos e marinhos, através da prática de atividades esportivas, pela construção de residências de veraneio, de vias de transporte, de portos e marinas, pela ancoragem de navios, pelo despejo de resíduos sólidos e líquidos, como assinala Pires, no texto sobre sustentabilidade ambiental.

A dimensão continental, o fato de fazer fronteira com vários países da América do Sul e por ter recebido grandes fluxos migratórios da África (imigração forçada, é certo), da Europa, do Oriente Médio, da Ásia e de países sul-americanos fronteiriços emprestam ao Brasil uma riquíssima diversidade cultural, expressa pelos hábitos e costumes, pelo folclore, pelo artesanato, pela gastronomia. O processo histórico de ocupação pré-cabralina e posteriormente pela mineração e pelo cultivo de produtos agrícolas de exportação, no período colonial, deixaram marcas indelévels no território, cujo patrimônio histórico-cultural constitui valiosos atrativos. O mesmo ocorre com o turismo em espaço rural mobilizando os interesses em torno das antigas fazendas de café, dos engenhos de cana de açúcar, dos quilombos, das trilhas dos tropeiros. Por outro lado, grandes centros urbanos, aliando passado e presente, se destacam no turismo urbano contemporâneo, principalmente no tocante aos carnavais em fevereiro ou fora de época, aos eventos esportivos, eventos musicais, festas temáticas, congressos, feiras, exposições.

Muito pertinentes são as observações de Gastal quanto ao caráter público e comunitário da cultura, que exige o protagonismo do visitante, algo que toque seu sentimento de pertencimento, em oposição ao simples *voyeurismo* do chamado turismo cultural, que equivocadamente é tido como um segmento do turismo, que vulgariza bens culturais tangíveis e intangíveis, transformando-os em simples produtos a serem consumidos.

Vários textos da coletânea abordam os *clusters* turísticos, onde a Serra Gaúcha é mencionada como um dos melhores exemplos, no que discorda Fávero. Muito adequadamente abordado pelos autores, os *clusters* estão calcados sobre a estrutura do território em redes, como demonstram Beni e Cury, Barbosa, Moraes. *Cluster, território, rede* é um conjunto imbricado e indissociável. É consensual admitir que o território se constitui e se organiza em muitas escalas relacionais de poder, do local ao global, ou seja o global não existe sem o fragmento que o empiriza e o alimenta e vice-versa. Em outras palavras, a fragmentação constitui a mediação do global. Na prática turística é usual estabelecer uma distinção entre os *territórios em redes globais* e os *territórios zonais*, porém ambos são faces de uma mesma moeda.

Os *territórios reticulares globais* apresentam tessitura tanto mais complexa quanto maior for a densidade da esfera técnica-financeira-informacional dos seus nós, constituídos pelas cidades mundiais. Neste particular, a informação é um insumo fundamental, tão importante quanto a densidade técnica e o suporte financeiro, uma vez que aponta para as tendências do mercado,

possibilitando, assim, uma gestão altamente agressiva e competitiva. O *território-fragmento* é aquele cooptado pelo processo de globalização, ou seja, está hierarquicamente subordinado ao capitalismo hegemônico global.

A articulação territorial em rede vigora no turismo internacional, onde poucos conglomerados controlam o mercado, correspondem aos mega *clusters*. Caracterizam-se por uma forte estrutura empresarial ancorada em alianças estratégicas e fusões, internalizando lucros à montante e à jusante, tais como as grandes operadoras que monopolizam a comercialização dos pacotes turísticos; outras que controlam o transporte aéreo; outras que concentram a rede hoteleira; outras que dominam o mercado de entretenimento. Estes organismos são também constituídos por empresas de comunicação, de marketing, de pesquisa e controle de indicadores e tendências, de mega portais na Web, encarregados do comércio eletrônico, cuja logística e marketing de relacionamento garantem a eficaz e instantânea ação no mercado turístico global – local, conforme texto de Tomelim. Estabelecem ainda parcerias com outras empresas de menor porte nos *territórios - fragmento* permitindo a flexibilização da oferta junto ao destinos, como as agências de viagem, alojamento, restauração, comércio, prestação de serviços diversos, não contemplados no *all included*. A demanda da terceira idade, originária dos países centrais do capitalismo, que investe em residências turísticas em regiões de climas mais amenos, em oposição aos invernos rigorosos dos países nórdicos europeus e do Canadá, é um segmento de mercado que tem alimentado o Turismo em Portugal, na Espanha, Grécia e outros países. No Brasil, conforme relata Uada, a estes segmentos tem-se direcionado alguns incentivos, embora se dirijam ao mercado nacional. Na região Nordeste, todavia, há uma demanda significativa de um *domicílio de uso ocasional global* (denominação de Rodrigues), contemplando segmentos de população da elite global, que podem se dar ao luxo de residir ora em Miami, ora em algum país do Caribe, ou no Algarve, em Portugal, ou em algum lugar da costa espanhola e, por que não, em Natal, Buenos Aires ou Punta del Leste?

Subordinados a outra lógica, ainda na escala local, podem constituir-se outros territórios – os *territórios zonais de resistência/inação* (denominação de Rodrigues), pelo fato de não terem sido capturados pelo processo de globalização. Apesar de se encontrarem articulados à rede regional e nacional, e eventualmente planetária, não se encontram hierarquicamente subordinados ao capitalismo transnacional. São prioritariamente territórios prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local, marcadas por forte endogenia. São entretidos por representações sociais que urdem valores, crenças, expectativas; modos de pensar, agir e sentir, que criam laços identitários – elos interpessoais e das pessoas com o *lugar*, donde emana o sentido de pertencimento que vai constituir a chamada consciência territorial.

A caracterização destes territórios se baseia no modelo peculiar de desenvolvimento que lhe deu origem, em que são consideradas a interação entre os sujeitos locais, as características naturais (recursos naturais renováveis e não renováveis), a infraestrutura interna e externa, o conhecimento, a habilidade e competência dos atores sociais locais, assim como os níveis de confiança, cooperação, organização e participação social do grupo, sua cultura empreendedora expressa pelos níveis de autoestima, autoconfiança, capacidade de iniciativa, o capital social na forma dos saberes e fazeres, os recursos acumulados em forma de poupança local, a capacidade de atrair investimentos, as potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas e principalmente a capacidade de articulação em rede. É nos *territórios zonais de resistência/inação* que estão se desenvolvendo os principais projetos de Turismo com base local no Brasil, a maioria calcada na economia solidária e no cooperativismo.

Em muitos textos desta coletânea, os autores dão destaque aos territórios zonais, sobre os quais se estruturam os arranjos produtivos locais, de base prioritariamente endógena e de forma espontânea. Uma nova nomenclatura aparece no texto de Sampaio e Paixão – Arranjo Socioprodutivo de Turismo de base comunitária (APLTur.com), onde detalham o papel da ‘micro rede maternal’, que pode não ser a mais importante do arranjo, mas é a que tem a função de se articular com as demais. Silva também se alinha a este modelo, ressaltando a necessidade de maximizar e internalizar os benefícios decorrentes da atividade turística em projetos de caráter endógeno.

Muitos autores trazem importantes contribuições para a dimensão pedagógica que deve permear projetos turísticos comunitários, como Moesch, que salienta a importância do planejamento estratégico como parte do processo de exercício da cidadania, tendo portanto função educativa relevante nas tomadas de decisões e ações que objetivam a transformação da realidade. Alinhadas com estas ideias estão as reflexões de Dutra, autora do texto que trata da educação e capacitação para o Turismo em escolas comunitárias, baseadas na pedagogia da alternância. Cabe ressaltar também o pensamento de Kunsch, que muito adequadamente faz referências à pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire, ao criticar o chamado extensionismo, que tradicionalmente assume uma dimensão autoritária e dominadora. A autora chama a atenção para a manipulação da comunidade por parte de alguns gestores, através de um simulacro de participação em projetos equivocadamente travestidos de gestão compartilhada.

Como pontos altos da coletânea colocam-se os relatos de experiências sobre a atuação das universidades no suporte ao Turismo de base local, por exemplo às incubadoras de cooperativas, que têm recebido apoio financeiro e técnico do Ministério do Turismo, depois de passar por uma seleção convocada por editais públicos, a fim de contemplar projetos de Turismo de base comunitária (TBC). Muitos destes projetos são apoiados pelo terceiro setor, como por exemplo o Laboratório de Gestão de Organizações que Promovem o Ecodesenvolvimento (LaGOE), sediado em Curitiba, em parceria com a Universidade Regional de Blumenau (Furb) e, mais recentemente, com a Universidade Federal do Paraná – Litoral, conforme relatam Sampaio e Paixão. Os autores escrevem sobre a experiência na micro bacia do rio Sagrado, município de Morretes (PR), onde estão desenvolvendo a incubação de um arranjo sócio produtivo de Turismo de base comunitária. Através destes projetos objetiva-se romper com “a apatia dos estudantes, a mediocridade implantada como norma, a ausência de uma reflexão crítica, a exacerbação monodisciplinar na transmissão do conhecimento e os modelos autoritários de ensino associados à absoluta desvinculação com o meio regional” (SAMPAIO et al.). É importante ressaltar também o papel do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem uma linha de pesquisa sobre o Turismo de base comunitária (TBC). Outras universidades desenvolvem atividades similares, como o Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília, conforme relata Tomazzoni. No seu texto, detalha ainda um projeto interinstitucional que consegue articular o setor público, o setor privado, a academia, os técnicos e representantes da comunidade, cuja atuação se espraia em rede horizontal pela região da Serra Gaúcha, focalizada em várias passagens desta coletânea (Beni, Tomazzoni, Fávero). Salienta-se a importância do Observatório da Cultura e do Turismo do Rio Grande do Sul (OBSERVATUR), criado em 2008, junto ao Programa de Mestrado em Turismo, da Universidade de Caxias do Sul, que teve Mario Beni como um dos seus idealizadores. Além da geração e da socialização do conhecimento, o Observatório incentiva a inserção dos professores e alunos no projeto, ao promover eventos, oferecer cursos de capacitação e especialização em diversas áreas. Inspirados nos tecnopolos americanos, originados em torno das universidades, está aí uma iniciativa bem sucedida que já está se multiplicando em outros estados brasileiros.

Atualmente as comunidades que têm desenvolvido o Turismo de base comunitária estão muito articuladas entre si e incluídas nas redes virtuais, divulgando seus projetos, atuando no mercado e trocando informações. É o que relata o texto de Coriolano e Barbosa, referindo-se à Redturs, no âmbito da América Latina e das redes Tucum (turismo comunitário) e Turisol (turismo solidário) , que têm bastante visibilidade no Brasil.

Todos os projetos mencionados e muitos outros não relatados aqui são dignos de admiração pelo elevado nível de compromisso dos seus criadores, gestores, sujeitos e instituições envolvidos, todavia o Turismo no Brasil não assume um papel relevante, tampouco é visto no futuro com grande otimismo. Pouco antes da virada do século, um suplemento dominical de um jornal de grande circulação em Portugal publicou um encarte sobre os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), destacando para cada país sua participação econômica no século 21. A capa estampava quatro figuras humanas estilizadas, em forma de gigantes: o russo portava nas mãos miniatura de uma torre de petróleo; o indiano, um chip de computador; o chinês, a maquete de uma indústria e o brasileiro, saquinhos cheiros de grãos e uma arca com minérios. Se estas previsões se concretizarem, ao que parece não saímos ainda do período colonial e o Brasil continua a ser visto como o grande celeiro do mundo.

A sonhada sustentabilidade continua ameaçada com a expansão das fronteiras agrícolas pela região Centro-Oeste e Amazônia, com a prática de queimadas, o uso abusivo de agrotóxicos e de procedimentos transgênicos no cultivo de grãos, o aumento das áreas de cultivo de cana de açúcar, de pastagens para criação de gado de corte e exportação de carne, da exploração dos minérios e de fontes de energia como o petróleo e a fabricação do etanol. O Turismo, sobretudo como atividade econômica, tem seus impactos negativos socioculturais e visivelmente ambientais, que são, contudo, incomparavelmente menores que os produzidos pelas atividades ora mencionadas.

Apesar de todos os esforços, de todos os planos, programas e projetos nos diversos níveis de administração, que têm consumido dos cofres públicos recursos bilionários, o Turismo não decola no país. Basta comparar com os dados do Turismo no México. Enquanto este país recebe anualmente 25 milhões de turistas internacionais, o Brasil, em que pesem os defeitos das estatísticas capengas, recebe um fluxo aproximado de 6 milhões. A primeira e mais cabal conclusão é que as políticas setoriais de Turismo e as políticas estratégicas inter setoriais não têm surtido resultado, apesar da atuação pública já septuagenária, só considerando a escala federal. Por outro lado, o Turismo interno apresenta um volume significativo, cada vez mais expressivo em função do crescimento do padrão de vida das classes C e D, o que demonstra que o Turismo brasileiro, longe de confirmar argumentações críticas, não se caracteriza como um turismo de elite.

Conforme Amaral Junior assevera, as estatísticas de Turismo são sofríveis, as séries históricas não são confiáveis, carecem de metodologias convincentes, exibem dados de pouca credibilidade e fornecem informações conflitantes. Ao analisar as políticas públicas de Turismo no Brasil, o autor afirma que as mesmas pecam por um determinado grau de niilismo por parte dos seus atores, propondo a seguinte questão: “O que o governo faz investindo no Turismo completamente às cegas?”.



BENI, Mário Carlos (org.). *Turismo - Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão - Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters*. Apresentação Adyr Balastrieri Rodrigues. São Paulo: Manole, 2012.